

Aprendizagem de jovens e adultos: a aprendizagem a seu tempo¹.

Álice Paula Balsanelli²

Resumo

Cada sujeito possui sua história e cultura. Cada um possui um motivo para continuar estudando ou parar. Cada um tem seu tempo para aprender alguma coisa. Saber o que é e como se dá esse tempo de aprendizagem dos sujeitos-alunos da educação de jovens e adultos é o objetivo desse trabalho. Desenvolvido através de análises de pesquisas bibliográficas, com uma visão psicopedagógica, o presente artigo faz menção ao histórico e definição da educação de jovens e adultos, seus alunos, e o que é o tempo de aprendizagem desses alunos.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Jovem e adulto. Aprendizagem. Tempo de aprendizagem.

1 INTRODUÇÃO

“Não se discriminam indivíduos e grupos com base em suas diferenças; ao invés disso, a enunciação da própria discriminação constrói a forma e o caráter da ‘diferença’ e produz as interpretações através das quais a diferença é mediada e julgada” (MCLAREN, 2000, p. 293).

Sujeitos que há anos pararam de estudar por diversos motivos, retornam à sala de aula, sendo por vontade própria, ou por “determinação” do mercado de trabalho turbulento dos tempos atuais. Cada sujeito teve um motivo próprio para parar de estudar, e possui um motivo tão próprio para retornar.

Quando retornam, muitos têm muita dificuldade em acompanhar os conteúdos e, em diversos casos, acabam desistindo muito facilmente, sem, ao menos, tentarem entender o que lhes “bloqueia” o aprendizado.

Este artigo apresenta uma pesquisa bibliográfica sobre a educação de jovens e adultos quanto à sua definição e histórico, quem são os alunos da educação de jovens e adultos, e como é a aprendizagem desses alunos, perante uma análise psicopedagógica.

A pesquisa sobre a definição e histórico da educação de jovens e adultos servirá de auxílio para a compreensão sobre essa modalidade de ensino que, de certa forma, como poderá ser verificado no decorrer do artigo, recente quando diz respeito a sua formação atual.

¹ Artigo apresentado como TCC do curso de Especialização em Psicopedagogia – UNIASSELVI.

² alicepaulab@gmail.com

Em sequência, uma análise sobre quem são os alunos dessa modalidade de ensino, e possíveis pressupostos que os fizeram desistir do ensino regular (fundamental e médio) no tempo tido como ideal. Assim, também, como prováveis “causas” que os fazem retornar aos estudos, e as diferenças entre o aluno adulto e o jovem, quanto a questões psicológicas, biológicas e culturais.

Por fim, segue-se a pesquisa e análise sobre como se dá o tempo de aprendizagem desses alunos, na sala de aula, depois de tempo fora dela. Esse tempo pode ser longo ou curto, assim como a própria idade do sujeito, sua cultura e vida social.

Sendo assim, em todos os textos foi feita análise segundo uma visão psicopedagógica, para, na conclusão, fazer uma análise geral da pesquisa descrita a seguir, e de como as análises contribuíram para seu desenvolvimento.

2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA

A Educação de Jovens e Adultos – EJA tem por finalidade, proporcionar a educação básica àqueles que não tiveram condições de frequentar, por quaisquer motivos, a escola, na idade tida como “correta”. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Parecer CEB nº 11/2000), em concordância com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, apontam três funções como responsabilidade da EJA: reparadora (restaurar o direito a uma escola de qualidade); equalizadora (restabelecer a trajetória escolar); qualificadora (propiciar a atualização de conhecimentos por toda a vida).

Atualmente a idade mínima para frequentar a EJA é 15 (quinze) anos para o Ensino Fundamental, e 18 (dezoito) para o Ensino Médio. No Art. 22 LDB 9.394/1996, está prevista a Educação de Jovens e Adultos – EJA, classificada como parte integrante da Educação Básica. E, assim como a educação regular, é dever do governo disponibilizar educação de jovens e adultos, contudo, também existem instituições privadas, autorizadas a atender esta modalidade de ensino.

Sendo assim, é importante que conheçamos o processo de desenvolvimento da EJA no Brasil, pois a história nos fará compreender as muitas reformulações dessa modalidade educacional, inicialmente definida como “para o trabalhador”, e que ainda está em movimento, como todas as outras modalidades da educação.

2.1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Desde a colonização do Brasil, por Portugal, a preocupação com a escolarização dos adultos é notada. Apesar da denominação “Educação de Jovens e Adultos” ser recente, a preocupação por essa educação é demonstrada pelos portugueses, ao alfabetizar e doutrinar os índios para a conversão da fé católica, por intermédio dos padres Jesuítas. Desse momento em diante, os estudiosos que vinham ou estavam no Brasil, assim como o Governo, continuaram a alfabetizar adultos, até que, em janeiro de 1947, foi aprovado o Plano de Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, por solicitação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Tal campanha foi idealizada por Lourenço Filho, educador preocupado com a educação social, e agiu fortemente como movimento de mobilização em favor da educação de jovens e adultos analfabetos do Brasil.

Em 1949, foi realizada a I Conferência Internacional de Educação de Adultos, na Dinamarca. Após essa Conferência, a Educação de Adultos passou a ser idealizada como um tipo de Educação Moral. Sendo assim, a escola, não conseguindo superar todos os traumas causados pela Segunda Guerra Mundial, teve como finalidade principal, contribuir para o resgate do respeito aos direitos humanos e a construção da paz. E, no Brasil, em 1963, o Ministério da Educação finalizou a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos e encarregou o professor Paulo Freire de elaborar um programa nacional de alfabetização.

Desde que se iniciaram os “movimentos” para a escolarização de jovens e adultos no Brasil, muitos já foram os sujeitos “beneficiados” por eles, conforme afirmam Lopes e Sousa:

Inicialmente a alfabetização de adultos para os colonizadores, tinha como objetivo instrumentalizar a população, ensinando-a a ler e a escrever. Essa concepção foi adotada para que os colonos pudessem ler o catecismo e seguir as ordens e instruções da corte, os índios pudessem ser catequizados e, mais tarde, para que os trabalhadores conseguissem cumprir as tarefas exigidas pelo Estado (2010, p. 3).

Conforme o objetivo dos “governantes” sentia-se a necessidade de sujeitos alfabetizados, e assim, a escolarização era direcionada a grupos específicos: índios, colonos, escravos, para o melhor cumprimento de seu trabalho; homens jovens, a fim de prepará-los para as forças armadas; homens adultos, já na época da República, com intuito de terem mais votantes; etc. À medida que os trabalhos de campanhas de erradicação do analfabetismo mudavam de objetivo, os sujeitos atendidos foram mudando.

Segundo Freire *apud* Gadotti (1979, p. 72) nos anos 40 do século passado, a Educação de Adultos era entendida como uma extensão da escola formal, principalmente para a zona rural. Já na década de 50, a Educação de Adultos era entendida como uma educação de base, com desenvolvimento comunitário. Com isso, surgem, no final dos anos 50, duas tendências significativas na Educação de Adultos: a Educação de Adultos entendida como uma educação libertadora (conscientizadora) pontificada por Paulo Freire e a Educação de Adultos entendida como educação funcional (profissional) (ANJOS, 2007, p.2).

A década de 70 foi marcada com o início (efetivo) do Movimento Brasileiro de Alfabetização, o chamado sistema MOBRAL. Esse sistema, assim como a pedagogia de Freire, foi desenvolvido para atender a população sócio-culturalmente subdesenvolvida. Entretanto, conforme Jannuzzi (1979, p. 21), o MOBRAL:

[...] sentiu necessidade de dar continuidade ao movimento nacional de alfabetização, recorrendo, entretanto, a outra proposta pedagógica, outra forma de organização, o que indicaria a inadequação da pedagogia de Paulo Freire aos novos objetivos políticos do sistema instaurado depois da derrocada do populismo anterior.

E, ao contrário do que defendia a Alfabetização de Paulo Freire, que “[...] implica mudança de atitude da elite e do povo” (JANNUZZI, 1979, p. 71), o MOBRAL tinha por objetivo a formação de um ser humano capaz de compreender ordens e “decifrar” informações, um sujeito que entenda o que lhe é solicitado, mas que não seja questionador. É a visão de que “[...] só a elite é sujeito transformador, o povo deve obedecer” (JANNUZZI, 1979, p. 71), a educação funcional, a educação para mão-de-obra.

Em 1985, com a redemocratização no Brasil, MOBRAL foi extinto, pela "Nova República" que criou a Fundação Educar, que, de acordo com Furlanetti (2001, p. 70, *apud* COSTA, 2009), “[...] teve o mérito de subsidiar experiências inovadoras de educação básica de jovens e adultos, conduzidas por prefeituras municipais e instituições da sociedade civil que tinham como princípios filosóficos os postulados freiriano”. Entretanto, apesar da “bela” idéia, a Fundação não durou muito tempo, foram apenas quatro anos, até 1990. Após essa data, o Governo Federal esqueceu-se dessa modalidade de ensino, até o ano de 2002. A partir desse ano, a Educação de Jovens e Adultos é retomada, não como propósito do Ministério da Educação, mas como projeto social da então primeira dama Ruth Cardoso (COSTA, 2009).

O então governo federal (FHC) repassou a EJA para os estados e municípios. Contudo, foi esquecido que o recurso destinado à educação, o FUNDEF, não poderia ser utilizado para a EJA, uma vez que seu destino eram despesas do Ensino Fundamental regular. Sendo assim, estados e municípios formaram escolas de educação básica para Jovens e

Adultos, porém, as deixaram um pouco de lado, por não receberem tanto “incentivo” do governo federal. No governo seguinte, Governo Lula, o incentivo à educação de jovens e adultos continuou no mesmo “ritmo”. Contudo, após o segundo ano do Governo Lula:

[...] as secretarias estaduais e municipais passaram a receber um percentual maior de recursos, porém o trabalho desenvolvido continuou sendo uma ação educativa pobre para os pobres. Há algumas iniciativas exitosas, mas são experiências isoladas localizadas principalmente no eixo sul/sudeste (COSTA, 2009, p.74).

Através dessa breve retrospectiva da educação de jovens e adultos no Brasil, percebemos que essa modalidade de ensino ainda não é uma pretensão da educação nacional. É necessária uma visão mais metódica do governo, para que seja percebida essa modalidade de ensino como tão fundamental quanto à educação básica de crianças na idade “escolar”, pois, apesar das modificações, a educação que antes era necessária para a formação de sujeitos eleitores, atualmente ainda é necessária para formação de sujeitos funcionais, capazes de ler manuais, para executar seu trabalho.

2.2 OS ALUNOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Atualmente, o Art. 37º da LDB descreve que “a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. Mas, afinal, o que ainda leva os alunos a desistirem dos estudos?

Falta de interesse nos estudos; pretensão de um emprego para ajudar à família; gravidez precoce (desejada ou não); falta de condições especiais para o deficiente – qualquer que seja sua deficiência; falta, ou pouco, incentivo da família aos estudos; a falta de compreensão da importância dos estudos... São vários os motivos que fazem adolescentes e jovens desistirem ou abandonarem o ensino básico na idade regular. De um modo geral, os alunos da EJA são, normalmente, diretamente relacionados ao chamado “fracasso escolar”.

Lopes e Sousa (2010, p. 2), afirmam que “é preciso que a sociedade compreenda que alunos de EJA vivenciam problemas como preconceito, vergonha, discriminação, críticas dentre tantos outros. E que tais questões são vivenciadas tanto no cotidiano familiar como na vida em comunidade”. O jovem e o adulto, aluno da EJA, não é como o estudante universitário, não é o profissional qualificado que frequenta cursos de formação continuada ou de especialização. O jovem e o adulto da EJA, é o trabalhador do chão de fábrica, é a mulher que foi mãe adolescente, é o migrante de áreas rurais que vem à cidade com intuito de

“crescer na vida”, é o aluno que priorizou trabalhar a estudar, é o deficiente que não conseguiu acompanhar sua turma... Nesse contexto, Ferrari e Amaral (s/a, p. 4) destacam que:

numa sociedade como a nossa, cujo valor social dado à escola é muito grande, o fato de uma pessoa não ter estado na escola, numa fase em que deveria estar é uma marca distintiva como a da pobreza, é característica da condição de subalternidade, da exclusão oriunda de suas raízes culturais, imposta pelo grupo dos letrados.

Além das questões de sociais e históricas, remetidas pelo fato de o aluno estar mais em contato com o censo comum que com o conhecimento científico, como podem afirmar Brandão e Araújo (2009, s/p.), ao escreverem que “o aluno da EJA traz consigo uma bagagem de experiências que envolvem conhecimentos e saberes vividos ao longo dos anos, e ainda sua própria leitura de mundo”, há o fato de serem sujeitos de faixas-etárias, geralmente, muito distintas, estudando em uma mesma turma, cada um com sua capacidade e velocidade de raciocínio e entendimento.

Como a própria LDB propõe, a idade mínima para ingressar à EJA é de quinze anos para cursar o ensino fundamental, e dezoito anos para cursar o ensino médio. Sendo assim, fica ao encargo do professor conseguir trabalhar com sujeitos dos dois tipos de desenvolvimento cognitivo: o jovem e o adulto.

O adulto, cujos anos de vida lhe proporcionaram maturidade emocional, intelectual e social, além de uma “certa” independência financeira e pessoal, são mais “aceitos” pelos professores, de forma geral, por achá-los mais esforçados, e pelo fato do maior respeito que o aluno adulto tem para com o professor, como uma hierarquia professor x aluno, inconscientemente imposta desde sua infância (FERRARI e AMARAL, s/a.).

Já para com os jovens, os professores apresentam maior “inquietação”, por terem que lidar com “[...] a falta de motivação e de envolvimento do aluno nas tarefas escolares – conversam demais, se movimentam demais, não prestam atenção às aulas, não fazem tarefas [...]” (FERRARI e AMARAL, s/a. p.1). No entanto, os professores devem levar em conta que, a maioria desses jovens possuem uma história de vida muito diferente dos jovens de sua idade. Muitos já possuem tanta responsabilidade quanto um aluno adulto, mas, seu psicológico entra em “conflito” por estar passando por uma experiência ainda não maturada em sua mente.

O convívio entre as diferentes faixas-etárias pode ser muito enriquecedor. Contudo, é preciso atentar-se ao fato das “necessidades” do aluno jovem; seu ritmo de aprendizagem, sua “impaciência” em ficar parado, etc. O ideal é propor atividades que estimulem parcerias com

os mais velhos, e não competição organizando atividades que propiciem formar vínculos positivos, como respeito à forma de pensar, agir e sentir do outro.

A Educação de Jovens e Adultos apresenta hoje uma identidade que a diferencia da escolarização regular e essa diferenciação não nos remete apenas a uma questão de especificidade etária, mas, primordialmente, a uma questão de especificidade sócio-histórico-cultural (FERRARI e AMARAL, s/a. p.1).

Mesmo que à escola cabem, principalmente, os processos de ensino e aprendizagem, necessita-se perceber que o aluno leva para a escola características de suas condições materiais, sociais e psicológicas, e que possuem muitos pré-conceitos e opiniões já formadas. Fica a encargo dos professores fazê-los reconstruir e/ou compartilhar tais conhecimentos, sem esquecer que isso deve ocorrer simultaneamente à aquisição de conteúdos do currículo escolar.

3 A APRENDIZAGEM E SEU TEMPO

Desde que nascemos somos expostos a interações com diferentes ambientes e sujeitos. Tais interações permitem nosso desenvolvimento motor e intelectual. “As experiências (e sua aprendizagem) podem ocorrer tanto de forma consciente como também não-consciente” (LEGAL; DELVAN, 2009, p. 59), e não, necessariamente, precisamos que alguém nos ensine.

A aprendizagem tem início na fase intrauterina, e fim na morte de cada sujeito (LEGAL; DELVAN, 2009, apud, CATANIA,1999). Dessa forma, constata-se que durante toda nossa vida estamos em processo contínuo de aprendizagem, e que esta está sujeita a alterações, pois não é um processo que se estabiliza. Esse processo faz com que a pessoa saiba reconstruir o conhecimento, tendo uma visão crítica daquilo que aprendeu. Legal e Delvan (2009, p. 59) afirma que “[...] a aprendizagem interfere no próprio processo de aprendizagem”. A pessoa que apenas copia ou decora não está adquirindo a aprendizagem, ela está apenas aumentando sua bagagem de informações. A aprendizagem vai além disso: ela reconstrói o conhecimento e faz sua própria elaboração.

3.1 O TEMPO DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DA EJA

Tudo o que fizemos, todos com quem nos relacionamos, sempre estamos passando por um processo de aprendizagem, que se dá através das relações com os outros, com o meio, com

culturas, histórias... E que nos envolve em um processo de criação de competências, saberes e habilidades.

A aprendizagem não é um amontoado sucessivo de coisas que se vão reunindo. Ao contrário, trata-se de uma rede ou teia de interações neuronais extremamente complexas e dinâmicas, que vão criando *estados gerais qualitativamente novos no cérebro humano*". (ASSMANN, 1998, p. 40).

Aprender, nada mais é do que o desenvolvimento do cérebro, da cognição. Segundo Assmann (1998, p. 132), aprender “não se trata apenas de entender conceitos novos, entendidos com ferramentas interpretativas. Trata-se de entender, antes de mais nada, quais são as conseqüências disso tudo para a transformação das relações pedagógicas”. Aprendemos dentro de nós e em relação com o meio, que também aprende conosco.

O modo como aprendemos cada ação, é individual, mas os fatores psicobiológicos, históricos e ambientais, influenciam em como esse processo se dá em nossas mentes. “Em situações distintas, somos requisitados a dar respostas condicionadas ou a construir novas estratégias de resolução de problemas. Ambas, então, são aprendizagens importantes dentro de seus devidos contextos” (LEGAL; DELVAN, 2009, p. 66). Cada sujeito possui sua história de vida e cultura, e isso influi no desenvolvimento de como e quanto tempo levamos para aprender algo.

Há um ditado popular que diz que “não se ensina truques novos a macaco velho”. O dito tem como significado que, pessoas mais velhas, não podem aprender coisas novas. Contudo, tal ditado está muito equivocado. Sujeitos que estão muito tempo sem contato com o currículo e a rotina escolar, podem, sim aprender assuntos de diferentes áreas do conhecimento. Até mesmo das tidas como “difíceis”, que é o caso das exatas matemática, física e química.

Isso indica que o tempo de aprendizagem diz respeito ao tempo necessário para assimilação de um determinado conteúdo pelo aluno. Esse tempo pode ser disposto como memória de curto prazo, conhecida também como memória de trabalho, e memória de longo prazo (LEGAL; DELVAN, 2009). De acordo com Legal e Delvan (2009) a memória de curto prazo é limitada e dura pouco, além de que é facilmente corrompida, pois essa memória faz uma espécie de “resumo” de todas as memórias de curto prazo, juntando com partes das memórias de longo prazo.

[...] Se nossa memória de curto prazo (trabalho) é limitada, esta limitação deveria ser levada em consideração nos planejamentos de ensino, pois grandes quantidades de informações deveriam ser divididas em partes menores e seqüenciadas de modo que a aquisição

dos conteúdos significativos de fato possa ocorrer (LEGAL; DELVAN, 2009, p. 82).

Neste sentido, pensar o fator “tempo” é pensar que todas as atividades desenvolvidas precisam ter uma duração adequada para que um estímulo seja assimilado pelo aluno. “Assim sendo, o tempo da aprendizagem é um tempo do aluno, um tempo determinado por uma série de acontecimentos em um sujeito específico” (SILVA, 2009, p. 230). Dessa forma, podemos observar porque, muitas vezes, a assimilação do conteúdo se deu, em alguns casos, em época posterior à entrega da tarefa solicitada.

Não há idade para aprender. No entanto, um fator deve ser levado em conta: as pessoas que estão há muito tempo sem contato com os conteúdos do currículo escolar (tanto de ensino fundamental, quando de ensino médio), ou que não possuem a cultura de lerem materiais diversificados sobre diferentes assuntos (ou não leem nada), estão propícios a terem um raciocínio e aprendizado mais lento.

A interferência do ambiente no sistema nervoso causa mudanças anatômicas e funcionais no cérebro. Assim, a quantidade de neurônios e conexões entre eles (sinapses) mudam dependendo das experiências pelas quais se passa. Antes, acreditava-se que as sinapses formadas na infância permaneciam imutáveis pelo resto da vida, mas há indícios de que não é assim (SALLA, 2012. p. 54).

Segundo Macedo (2012 *apud* SALLA, 2012, p. 54), a aprendizagem “[...] não é a mesma para todos, e também difere de acordo com os níveis de desenvolvimento de cada um, pois há domínios exigidos para que seja possível construir determinados conhecimentos”. Como na EJA uma mesma turma pode ter alunos de diversas idades – adolescentes ou adultos – e, assim, com diversas velocidades de raciocínio e aprendizagem, nesse caso, conforme Gohn (2005, p. 101), “são respeitadas as diferenças existentes para a absorção no processo de ensino-aprendizagem”. Esse respeito leva em conta o ritmo que cada sujeito possui nesse processo de ensino-aprendizagem, mas deve-se instigá-lo a esforçar-se, deve-se questioná-lo e “perturbá-lo”.

CONCLUSÃO

A educação de jovens e adultos veio para tentar “realinhar” uma nação que saiu da escola antes de concluir o ensino básico, de maneira a sobrar um número quase que insignificante de sujeitos nesse contexto em um determinado prazo. No entanto, esqueceu-se que cada sujeito possui sua história, e cada um possui um “relacionamento” com a escola.

A educação que antes era para ser apenas reparadora, hoje também reaproxima os sujeitos do ensino, e ainda preza para que essa reaproximação seja de um ensino de qualidade, para que ele não se “acomode” após a EJA.

Verificou-se que, por se tratarem de sujeitos que estão há tempo fora da sala de aula, seu ritmo de aprendizagem não é mais o mesmo, devido aos anos fora da escola ou, até mesmo, a influência que a escola teve em suas vidas.

Todos os sujeitos, sejam velhos ou novos, têm condições de aprender, entretanto, a velocidade com que o mundo evolui, as inúmeras informações que precisamos saber a cada dia e, ainda, o misto de sujeitos de diferentes idades na mesma sala de aula, agrava a situação da “demora” da aprendizagem de alguns alunos.

Contudo, até mesmo em salas de aulas de crianças e adolescentes de uma mesma faixa-etária, que nunca pararam de estudar, que estejam na fase correta para sua idade, terão alunos mais lentos e alunos mais rápidos para aprenderem.

Alguns serão terão facilidade em um ou outro assunto ou matéria, outros terão em todas e outros, ainda, terão dificuldade em todas mas, quem sabe, não perderão o interesse.

Cada caso é um caso. Cada sujeito possui sua cultura, sua história de vida, e sua história escolar. Tudo isso deve ser levado em consideração antes de julgar se um aluno é mais “inteligente” que outro. E isso não se der da noite para o dia. Às vezes levarão meses e, ainda assim, alguns, sairão sem que seu “tempo de aprendizagem” tenha sido compreendido.

E, para finalizar, cito Paulo Freire (1996, p. 77), que “cabe” muito bem, tanto pela citação, quanto por ele ter sido o principal precursor da educação de jovens e adultos no Brasil:

Há perguntas a serem feitas insistentemente por todos nós e que nos fazem ver a impossibilidade de *estudar por estudar*. De *estudar* descomprometidamente como se misteriosamente, de repente, nada tivéssemos que ver com o mundo, um lá fora e distante mundo, alheado de nós e nós dele.

REFERÊNCIAS

ANJOS, André Gustavo Cosme dos. **Educação de Jovens e Adultos: A Formação do Processo Prático-Educativo e sua importância no ensino-aprendizagem.**

Disponível em:

<<http://br.monografias.com/trabalhos3/educacao-jovens/educacao-jovens2.shtml>>

Acesso em: Set. 2011.

ASSMANN, Hugo. **Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BRANDÃO, D'arc M^a Lisboa e ARAÚJO, Mitzi Vidal. **Algumas considerações sobre o aluno do EJA**. 2009.

Disponível em:

<<http://www.infoeducativa.com.br/index.asp?page=artigo&id=116>>

Acesso em: Abr. 2012.

COSTA, Antônio Cláudio Moreira. **Educação de jovens e adultos no Brasil**: novos programas, velhos problemas.

Disponível em:

<http://www.utp.br/Cadernos_de_Pesquisa/pdfs/cad_pesq8/4_educacao_jovens_cp8.pdf>

Acesso em: Set. 2011.

FERRARI, Shirley Costa e AMARAL, Suely. **O aluno de EJA**: jovem ou adolescente?

Disponível em:

<http://www.cereja.org.br/pdf/revista_v/revista_shirleycostaferra.pdf>

Acesso em: Abr. 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Educação não-formal e cultura política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

JANNUZZI, Gilberta Martino. **Confronto pedagógico**: Paulo Freire e MOBRAL. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

LEGAL, José Eduardo e DELVAN, Josiane da Silva. **Psicologia do desenvolvimento e aprendizagem**. Indaial, SC: ASSELVI, 2009.

LOPES, Selva Paraguassu; SOUZA, Luzia Silva. **EJA**: uma educação possível ou mera utopia? CEREJA. 2010.

Disponível em:

<http://www.cereja.org.br/pdf/revista_v/Revista_SelvaPLopes.pdf>

Acesso em: Abr. 2012.

MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo revolucionário**: pedagogia do dissenso para o novo milênio. Porto Alegre, RG: Artes Médicas Sul, 2000.

SALLA, Fernanda. Toda a atenção para a Neurociência. In: **Revista Nova Escola**. São Paulo, ed. 253, p. 48 – 55, jun./jul. 2012.

SILVA, João Alberto da. O sujeito psicológico e o tempo da aprendizagem. In: **Cadernos de Educação**. Pelotas, RS, p. 229 - 250, jan./abr. 2009.

Disponível em: <<http://www.ufpel.edu.br/fae/caduc/downloads/n32/13.pdf>>

Acesso em: Maio. 2012.